

Educação física escolar: aulas inclusivas numa visão interseccional

Luis Henrique Domingues Verão das Neves

Nayane Vieira de Lima Miyashiro


Marcelo Victor da Rosa

Marina Brasiliano Salerno

Luis Henrique Domingues Verão das Neves

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS, Brasil


E-mail: luis.verao@ufms.br

 <https://orcid.org/0000-0002-0676-0137>

Nayane Vieira de Lima Miyashiro

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS, Brasil


E-mail: nayane.lima@ufms.br

 <https://orcid.org/0000-0001-7163-5044>

Marcelo Victor da Rosa

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS, Brasil


E-mail: marcelo.rosa@ufms.br

 <https://orcid.org/0000-0002-0621-0389>

Marina Brasiliano Salerno

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS, Brasil

E-mail: marina.brasiliano@ufms.br

 <https://orcid.org/0000-0003-3736-4740>

Resumo

O presente trabalho de cunho qualitativo objetiva refletir e delinear possíveis aspectos de aulas inclusivas na disciplina de Educação Física com base interseccional. Para contemplar o objetivo proposto, realizou-se busca em periódicos nacionais delimitado aspecto temporal de 2013 a 2022 com os seguintes descritores: Educação Física inclusiva e Interseccionalidade. Observada lacuna neste segmento de pesquisa, abriu-se três tópicos de discussão que contextualizam a percepção discente e docente sobre as aulas de Educação Física inclusiva e a possibilidade de pensar as aulas a partir de uma visão interseccional. Os termos, mesmos que relacionados, não apresentaram subsídio teórico para construção de um referencial sólido sobre a relação entre condição de deficiência, outros marcadores sociais das diferenças e dinâmica interseccional para Educação Física inclusiva. Porém, compreendemos a relevância de se pensar a interseccionalidade no aspecto educacional e concluímos que atribuí-la na Educação Física inclusiva, significa pensar no marcador social de diferença, a deficiência, como mecanismo real e intrínseco ao processo de ensino-aprendizagem. Compreendemos que a partir deste marcador a prática docente se intensifica e busca significado tanto para o/a docente quanto para o/a discente com deficiência, dentro do processo de ensino-aprendizagem, bem como, o de inclusão. Desta forma, consideramos necessárias novas pesquisas que buscam delimitar, contextualizar e potencializar o aporte teórico-prático envolvendo interseccionalidade, marcadores sociais das diferenças e inclusão.

Palavras-chave: Educação física inclusiva. Interseccionalidade. Diferenças.

Recebido em: 27/06/2024

Aprovado em: 06/11/2025



 <http://dx.doi.org/10.5007/2175-795X.2026.e100806>

<http://www.perspectiva.ufsc.br>

Abstract**School physical education: inclusive classes in an intersectional view****Keywords:**

Inclusive physical education.
Intersectionality.
Differences.

The aim of this paper is to reflect and delineate aspects of inclusive physical education classes with an intersectional basis. Using a qualitative approach, we used national (Brazil) papers for the research with the time frame from 2013 to 2022 with the following descriptors: inclusive physical education and intersectionality. As we got to a gap of research in this field, 3 topics were used to discuss and contextualize the perception from the students and the teacher about the inclusive physical education classes and the possibility to analyze it from an intersectional perspective. The terms, even though related, did not provide theoretical support for the construction of a solid reference on the relationship between the condition of disability, other social markers of differences and intersections for inclusive Physical Education. Nonetheless, we understand the relevance to use an intersectional approach in educational studies and we concluded that applying it to an inclusive physical education means to understand the social mark of difference “disability” as a real mechanism intrinsic to the learning process. From this social mark of difference, we understand the practice search for meaning not only for the teacher but for the students with and without disability during the learning and inclusive process. Thus, we consider necessary further research that seeks to delimit, contextualize and enhance the theoretical-practical contribution involving intersectionality, social markers of differences and inclusion.

Resumen**Educación física escolar: clases inclusivas desde una mirada interseccional****Palabras clave:**

Educación física inclusiva.
Interseccionalidad.
Diferencias.

El presente artículo de naturaleza cualitativo tiene como objetivo reflexionar y esbozar posibles aspectos de clases inclusivas en la disciplina de Educación Física con base interseccional. Para contemplar el objetivo propuesto, se realizó una búsqueda en revistas nacionales entre los años de 2013 y 2022 con los siguientes descriptores: Educación Física Inclusiva e Interseccionalidad. La brecha observada en este segmento de investigación dio lugar a tres temas de discusión que contextualizan la percepción de estudiantes y profesores sobre las clases de Educación Física inclusiva y la posibilidad de pensar las clases desde una visión interseccional. Los términos, aunque relacionados, no proporcionaron una base teórica para la construcción de un referencial sólido sobre la relación entre la condición de discapacidad, otros marcadores sociales de diferencias y dinámicas interseccionales para la Educación Física inclusiva. Sin embargo, comprendemos la importancia de pensar la interseccionalidad en el aspecto educativo y concluimos que aplicarla en la educación física inclusiva significa pensar en el marcador social de la diferencia, la discapacidad, como un mecanismo real e intrínseco al proceso de enseñanza y aprendizaje. Entendemos, que a partir de este marcador la práctica docente se intensifica y busca sentido tanto para el/la docente como para el/la estudiante con discapacidad, dentro del proceso de enseñanza y aprendizaje, así como del proceso de inclusión. Por lo tanto, se consideran necesarias nuevas investigaciones que busquen delimitar, contextualizar y potenciar el aporte teórico-práctico involucrando la interseccionalidad, los marcadores sociales de las diferencias y la inclusión.

Introdução

A interseccionalidade como ferramenta analítica está presente em estudos da atualidade (Carvalho, 2020; Collins; Bilge, 2021a; Rios; Perez; Ricoldi, 2018). Compreendida a partir das obras de Kimberlé W. Crenshaw, a interseccionalidade se constrói a partir do movimento feminista negro norte-americano e perpassa relações diretas entre raça e gênero. Estendida para o segmento de marcadores sociais das diferenças, a interseccionalidade visa entender os mecanismos de tensão e estigmatização envolvidos nos contextos sociais vinculados a grupos minoritários e articular possíveis estratégias para minimização destes mecanismos (Collins; Bilge, 2021a).

Ao transcender o discurso supracitado, compreendemos a interseccionalidade também como mecanismo presente no movimento de agência¹ e resistência de grupos em estado de marginalização e inferiorização a partir da construção sociocultural. Neste sentido, os grupos minoritários vivem em uma dinâmica integrativa e coexistente entre agência e resistência, na qual a luta pela garantia da sobrevivência, existência e visibilidade – de modo político – ganha notoriedade nos diversos contextos sociais.

Ancorados nas perspectivas de Furlin (2013) compreendemos que a relação entre sujeito e agência estabelecida pela teoria de Judith Butler (2003), mesmo que intrínseca às discussões de gênero, nos permite entender e analisar de modo global os fenômenos sociais e como se estabelecem as relações entre indivíduos e sociedade.

No caso deste manuscrito, estendida a perspectiva como supracitado, observamos as possibilidades da interseccionalidade aliada à agência e resistência das pessoas com deficiência no contexto da Educação Física escolar, pois, conforme Furlin (2013, p. 396) os processos de resistência e agência surgem das “margens sociais, ou seja, dos sujeitos considerados não inteligíveis dentro de modelos sociais hegemônicos” como é o caso deste grupo específico.

Neste sentido, buscar compreender a interseccionalidade no âmbito escolar, difundida como mecanismo que articula a prática docente como aspecto inerente às aulas inclusivas torna-se ponto-chave para difusão de uma educação equitativa. As aulas inclusivas são caracterizadas por aulas que permitem acesso e permanência de grupos considerados inaptos – alunos/as que, dentro de um padrão social limitante, não acompanham o padrão intelectual (escolar) refletido na sociedade –, ou grupos

¹ Entenderemos agência como a capacidade e a possibilidade de agir e resistir dentro das perspectivas socioculturais que regem e modelam as identidades dos sujeitos, associada à uma ideia de subversão, na qual pode-se refutar, reinterpretar e subverter os modelos padronizados oriundos de um sistema de poder (Furlin, 2013).

que estão próximos às margens da exclusão e das linhas de marginalização, como o caso das pessoas com deficiência (Borges; Montoya, 2015).

Em outras palavras, as aulas inclusivas pressupõem o acesso e a permanência à uma educação de qualidade de todos/as discentes no ensino regular, na qual deve ser desenvolvido um trabalho pedagógico indiscriminadamente. Deste modo, o ensino inclusivo é a prática da inclusão em ambiente escolar de todos/as independentemente de suas diferenças físicas, sensoriais, raciais, étnicas, socioeconômicas entre outras.

A critério de conceituação, compreende-se por pessoas com deficiência aquela que:

tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Brasil, 2015, s/p).

A partir deste aspecto e observada que a inclusão da pessoa com deficiência na Educação Física escolar demanda diferentes ações, o presente ensaio tem como objetivo refletir e delinear possíveis aspectos de aulas inclusivas na disciplina de Educação Física com base interseccional.

Este texto configura-se fruto das leituras e análises desenvolvidas para o estado da arte realizado na disciplina intitulada Tópicos Especiais em Estudos Culturais: Interseccionalidade e Inclusão do Programa de Pós-graduação em Estudos Culturais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - PPGCult/UFMS. Para alcançar o objetivo supracitado, o manuscrito de cunho qualitativo e descritivo (Gil, 2002; Minayo, 2002) foi desenvolvido a partir de produtos científicos já identificados na literatura acadêmica, pertinentes à Educação Física na sua dimensão inclusiva.

Neste sentido, realizamos buscas em *Scientific Electronic Library Online* e Portal de Periódicos da CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, com os seguintes filtros: publicações nacionais, escritas em Língua Portuguesa, entre os anos de 2013 a 2022 com os seguintes descritores: Educação Física inclusiva e Interseccionalidade. Os termos mesmos que relacionados não apresentaram subsídio teórico (publicações) para construção de um referencial sólido sobre a relação entre condição de deficiência, outros marcadores sociais das diferenças e dinâmica interseccional para Educação Física inclusiva no contexto escolar.

Desta forma, observada lacuna de produções científicas neste segmento, abriu-se três tópicos de discussão que contextualizam a percepção discente e docente sobre as aulas de Educação Física inclusiva e a possibilidade de pensar as aulas a partir de uma visão interseccional.

Portanto, o trabalho em questão não visa finalizar as discussões frente ao processo de inclusão nas aulas de Educação Física, mas sim (re)pensar a prática docente para o público com deficiência, articulando a percepção de alunos/as com deficiência e de professores/as do ensino regular sobre inclusão, a partir concepções interseccionais que podem estar subentendidas no contexto da práxis pedagógica.

Marcador social da diferença – deficiência: percepção de alunos/as com deficiência sobre inclusão nas aulas de Educação Física

Antes de considerarmos as relações pertinentes à influência da interseccionalidade na prática pedagógica, cabe neste momento articular conhecimentos relacionados ao marcador social da diferença – a deficiência, entrelaçando pressupostos teóricos associados à percepção dos/das alunos/as com deficiência sobre a inclusão nas aulas de Educação Física.

A lacuna investigativa frente à percepção discente sobre inclusão escolar, é observada na literatura. A escassez de estudos vinculados a este segmento, podem influenciar diretamente na prática docente (Nacif *et al.* 2016; Paolucci, 2022). Neste sentido, cabe a apresentação de alguns dados encontrados para possível articulação com os pressupostos deste manuscrito.

Chicon e Silva de Sá (2013) em trabalho que objetivou conhecer e analisar a autopercepção de discentes com deficiência intelectual em diferentes contextos da escola, com ênfase nos pressupostos da Educação Física, evidenciam uma autopercepção negativa frente ao processo de inclusão deste público nas aulas dentro do processo de ensino-aprendizagem.

Alves e Duarte (2014) ao entrevistarem alunas com deficiência física ou visual, objetivaram analisar a percepção de inclusão escolar e obtiveram a partir dos dados que esta vincula-se aos fatores de adaptação, participação social e capacidade, sendo estes atuando de modo dependente e complementar, envolvidos no processo dentro do contexto inclusivo referente ao pertencimento, aceitação e valor dentro de grupo.

Os *aspectos* envolvidos no contexto de adaptação, estão associadas à adequação teórico-metodológica do contexto para prática envolvendo os/as alunos/as com deficiência. Tal adequação, vincula-se diretamente com a formação docente. No que se refere à participação social, os pressupostos do manuscrito evidenciado articulam-se como “crítico e fundamental para percepção de inclusão” (Alves; Duarte, 2014, p. 334), sendo mencionado por todas participantes da pesquisa.

Deste modo, sentir-se capaz de realizar as atividades propostas nas aulas de Educação Física configura-se um dos fatores preponderantes para o sentimento de inclusão (Alves; Duarte, 2014). É válido sinalizar que a inclusão ou a percepção de inclusão é difundida e entendida como algo subjetivo e inerente à compreensão do processo integralmente.

Nacif *et al.* (2016) buscaram de modo similar compreender a percepção dos/as alunos/as com deficiência sobre a inclusão nas aulas de Educação Física. O estudo em questão constou com a participação de 20 discentes com diferentes deficiências entre intelectual, auditiva, física, visual e múltipla. Dos/das participantes, 18 alunos/as tiveram uma resposta positiva no que se refere a

apreciação das aulas de Educação Física. Além disso, conforme os dados do estudo, as relações entre o/a docente, os/as colegas e os/as alunos/as com deficiência podem favorecer o processo de inclusão.

No estudo de Freitas, Sales e Missias-Moreira (2016) os autores identificaram as representações de alunos/as com deficiência visual nas aulas de Educação Física. Os achados permearam categorias de análise, as quais permitiram concluir que, embora houvesse interesse por parte dos/das alunos/as em participar das aulas, estes/as não realizavam as atividades propostas. Conforme discorrido pelos/as alunos/as, a não participação nas aulas estava vinculada ao despreparo dos/das professores/as no que se refere a adaptação teórico-metodológica das aulas.

Costa-Amorim *et al.* (2020) nesta mesma linha de pensamento, entrevistaram quatro alunos/as com deficiência a partir de uma única pergunta norteadora: "qual a sua percepção como aluno com deficiência das aulas de Educação Física?". Os dados referentes a esta pesquisa evidenciam que a inclusão no segmento escolar está vinculada a três fatores: relação social, participação nas aulas e acessibilidade. Neste sentido, pondera-se que tais fatores configuram-se cerne e demandam mecanismos variados, tais como a participação e ação de todos/as nas aulas e também mecanismos físicos vinculados aos espaços estruturais, associados à ação institucional.

Observado os aspectos citados, tem-se uma lacuna investigativa no que se refere a articulação da deficiência com outros marcadores sociais da diferença, como gênero, raça, condição social e outros. Tais pontos, podem se configurar fundamentais para o processo de inclusão, tendo em vista os pressupostos de exclusão e estigmatização que envolvem a pessoa com deficiência. No entanto, acreditamos que tais pontos podem acentuar as relações sociais de exclusão, por exemplo, um aluno com deficiência, branco e com deficiência visual, pode sofrer menos impacto que uma aluna com deficiência, branca e com deficiência físico-motora, devido aos marcadores e as influências sociais.

Neste sentido, os artigos citados nos oferecem subsídios para refletir sobre as peculiaridades existentes no que se refere à percepção discente sobre inclusão nas aulas de Educação Física. Continuando os pressupostos inerentes a este manuscrito iremos articular a seguir a percepção de professores de Educação Física sobre inclusão.

Marcador social da diferença – deficiência: percepção de professores/as sobre inclusão nas aulas de Educação Física

O contexto sócio-histórico da Educação Física em ambiente escolar é demarcado pela exclusão e segregação de grupos que se configuraram fora do padrão de desenvolvimento motor, como é o caso das pessoas com deficiência. Neste sentido, Neto *et al.* (2020) articulam pressupostos de que a formação e a prática pedagógica dos professores/as de Educação Física sempre estiveram ligadas ao aspecto esportivo relacionada ao motor. Com o passar dos anos, após o período de

redemocratização nacional, a Educação Física sofre influência de diferentes áreas, o que atribui um novo significado ao seu caráter no meio social (Ghiraldelli-Junior, 1991).

Abrindo espaço para discussões pertinentes ao processo de ensino-aprendizagem, tem-se neste segmento o/a professor/a como agente mediador/a, que dentro de sua função social, luta por intermédio de seu ofício, proporcionar ensino de qualidade a todos/as, inclusive aos/às discentes com deficiência. A dimensão inclusiva configura-se objeto de estudo de diferentes autores/as (Carvalho; Araújo, 2018; Martins, 2014; Schliemann; Alves; Duarte, 2020).

De acordo com Paolucci (2022) os/as docentes de Educação Física possuem papel fundamental para a inclusão no contexto escolar. Dentro desta linha de pensamento, autores/as se debruçam a compreender a percepção docente sobre inclusão nas aulas de Educação Física. Apresentaremos a seguir alguns textos selecionados da literatura acadêmica para tentarmos entender tal dimensão a partir da ótica de profissionais.

Salles, Araújo e Fernandes (2015) realizaram estudo para identificar a percepção docente sobre inclusão do/da aluno/a com deficiência nas aulas de Educação Física. Os autores a partir dos dados do referido estudo, tem-se que o processo de inclusão configura-se importante e está em evolução. No entanto, os dados também evidenciam lacunas no processo e que a partir da visão docente a inclusão ainda precisa ser mais efetiva para aprendizagem integral e significativa da pessoa com deficiência, tornando-se pontos genéricos e dando a compreensão que o objetivo da aprendizagem, provavelmente, leva em consideração padrões de aprendizagem.

Além disso, o estudo abordado sinaliza aspectos voltados à formação continuada de professores/as, a participação multiprofissional (apoio pedagógico) no contexto escolar, a políticas públicas para inclusão e as dificuldades instauradas dentro do processo de ensino-aprendizagem. A inclusão faz-se necessária e está em processo lento e gradual. Os autores ponderam que a inclusão não implica em um ensino individualizado, e sim numa práxis pedagógica que atenda a todos/as alunos/as (Salles; Araújo; Fernandes, 2015).

Fiorini e Manzini (2015) buscaram compreender e evidenciar as concepções dos/das professores/as que tinham alunos/as com deficiência matriculados/as regularmente no sistema de ensino. Do presente estudo foram extraídas seis categorias de análises, discutidas e dialogadas com os princípios inclusivos. De modo geral, a percepção de inclusão diverge entre os/as docentes do estudo, sendo identificado pela/o autora/o três concepções voltadas a isto.

A primeira concepção diz respeito que as aulas inclusivas estão intrínsecas ao/à discente participar e não ficar isolado/a em contextos práticos. A segunda, está vinculada à proposição negativa de aula inclusiva, ou seja, as aulas não se configuram inclusivas, justificadas pelo não

preparo docente e pelo conteúdo não favorecer a inclusão. A terceira concepção, vincula-se ao tratamento e atitude docente frente ao/à discente com deficiência, sendo defendido pelos/as professores/as do estudo que o tratamento do/da aluno/a com deficiência e a compreensão que as diferenças existem no ambiente escolar, influência de modo positivo no contexto inclusivo (Fiorini; Manzini, 2015). É válido estabelecer inquietações aos critérios de normalidade colocados pelos/as professores/as, a fim de evidenciar de modo peculiar o processo de exclusão envolvido neste tipo de argumento.

No que tange a percepção docente quanto à inclusão, Garcias (2019) sinaliza que existem barreiras pluridimensionais envolvidas no processo de práxis pedagógica voltada ao/à discente com deficiência no âmbito escolar. É interessante dizer, que a práxis pedagógica deve estar atrelada ao contexto sociocultural e que as barreiras instituídas neste contexto, devem ser repensadas e sinalizadas com intuito de ultrapassá-las e efetivar um ensino de qualidade.

Viola *et al.* (2020) ao realizarem uma pesquisa de revisão bibliográfica, obteve como dados que a maioria dos estudos analisados demonstram que os/as professores/as encontram dificuldades na execução pedagógica que atinja todos/as discentes, inclusive os/às discentes com deficiência. Os estudos em questão, sinalizaram que a formação continuada pode favorecer a redução de tais dificuldades preparando o/a docente para atuação profissional vinculada à Educação Física inclusiva. Vale ressaltar, que a Educação Física na sua perspectiva inclusiva tem por objetivo a participação ativa de todos/todas discentes nas aulas, o que engloba também a experimentação das práticas corporais por parte dos/das discentes público-alvo da Educação Especial.

Os artigos supracitados nos redimensionam a pensar as dificuldades instauradas no contexto escolar para inclusão a partir da visão do/da professor/a de Educação Física. Tais manuscritos não esgotam as discussões pertinentes à educação para todos/as e abrem questionamentos para compreensão de como o marcador social da diferença, a deficiência, é discutido no contexto escolar e quais influências tal marcador gera no contexto educativo. Ainda, abrem discussões acerca das relações que permeiam as questões objetivas e estruturais do ambiente escolar, sendo estas dinâmicas inerentes para efetivação do processo de inclusão.

Sendo assim, no que diz respeito à estrutura física, no tocante da acessibilidade, Carvalho *et al.* (2017) sinaliza tal aspecto como pressuposto importante e que pode colaborar para a efetivação do processo de inclusão escolar. Porém, conforme as autoras e autor, a acessibilidade a partir dos dados do estudo em questão

ainda encontra-se em construção conforme as necessidades despontam, com as instituições educacionais possuindo apenas itens de necessidade básica mais comumente conhecidos, como corrimão nas escadas, banheiros e bebedouros adaptados (Carvalho *et al.* 2017, p. 158).

Outros estudos, como exemplo, Costa (2009), Martins (2014), Souza, Furlanetto, Carvalho (2019) também identificaram a falta de infraestrutura e a ausência de materiais adequados como

fatores limitadores para efetivação do processo de inclusão. Neves (2023) em sua dissertação de mestrado indagou os/as docentes referentes aos desafios para prática docente inclusiva, e como resultado obteve que os aspectos relacionados à formação acadêmica inicial e continuada; aos recursos materiais e ao apoio pedagógico, se configuram fatores que dificultam a efetivação da prática pedagógica inclusiva, comprometendo deste modo, o processo de inclusão no ambiente escolar. Os aspectos relacionados à formação acadêmica inicial e continuada também foram identificados por Fiorini e Manzani (2014) e Krug (2002).

Desta forma, concordamos com Almeida *et al.* (2018) que ao pesquisar a inclusão, especificamente de discentes surdos/surdas, menciona

se o que se pretende é incluir, deixa-se muito ainda a desejar no que se refere às qualificações profissionais e adaptações de ambientes e estruturas físicas que possam perfeitamente tornar o aluno aceito e respeitado (Almeida *et al.* 2018, p. 17)

pois tais aspectos sobressaem e ultrapassam à prática docente, tornando-se elemento problemático e constitutivo do próprio ambiente escolar.

Observa-se nesse sentido, um possível caminho de discussão frente ao (re)pensar das aulas inclusivas numa dimensão interseccional. A possibilidade de confronto e articulação de ideias entre as concepções e compreensões de inclusão entre as óticas percorridas até aqui, podem evidenciar inquietações a despeito de como a interseccionalidade como ferramenta analítica (Collins; Bilge, 2021b) observa e gera condições para efetivar a inclusão educacional, em especial nas aulas de Educação Física. Em relação a isto, optamos por descrever no tópico seguinte trazendo aspectos inerentes a interseccionalidade, tentando articular com os pressupostos teóricos envolvidos para aulas inclusivas de Educação Física.

Aulas inclusivas: o (re)pensar a partir da interseccionalidade

Os discursos instaurados nos eixos anteriores levam a seguinte argumentação: a constituição da diferença, neste caso evidenciada pela deficiência, mesmo com alguns aspectos positivos sinalizados, gera conflitos e dificuldades tanto para o/a discente quanto para os/as docentes relacionada ao processo de ensino-aprendizagem. Talvez, o processo de estigma vinculado à pessoa com deficiência ao longo do contexto sócio-histórico e a não valorização das diferenças humanas, podem influenciar neste aspecto.

O campo teórico da interseccionalidade perpassa diferentes perspectivas, imbuído em segmentos que a difundem como ideia de mecanismo de análise ultrapassando as ideias que a envolvem como mero somatório de opressões (Collins; Bilge, 2021b). Traduzir a interseccionalidade para o campo de atuação em Educação Física, especificamente, para o campo de atuação com a pessoa

com deficiência, demanda e gera dificuldades, bem como compreensões abstratas que despertam reflexões e inquietações pertinentes.

No campo da Educação Física a interseccionalidade ganha espaço em diferentes estudos (Gonçalves; Silva, 2021; Martins, 2021; Ungheri *et al.* 2022). No que se refere à interseccionalidade vinculada aos pressupostos específicos de uma Educação Física inclusiva, consta na literatura lacuna investigativa. Neste sentido, a pretensão neste tópico é subsidiar aspectos que se relacionam e podem se difundir no contexto inclusivo a partir da interseccionalidade.

Ramos (2021) ao abordar a interseccionalidade na Educação Inclusiva, apresenta pontos inquietantes no que diz respeito aos marcadores que envolvem gênero e raça no ambiente escolar. Nos ancoramos na autora (e realizamos alusão à deficiência, posteriormente) a partir dos pressupostos ditos por ela, vinculados às problemáticas que acontecem no interior da escola, sendo que

Os problemas que ocorrem e que são vivenciados nos espaços educacionais envolvendo as questões de gênero, raça e as desigualdades, é um indicativo que nos leva a refletir do quanto é necessário investir na construção de parâmetros éticos. Uma ética pautada pela noção de justiça social e que norteie tanto as relações sociais quanto a prática pedagógica (Ramos, 2021, p. 1).

No tocante às desigualdades, realizamos alusão para as relações que permeiam as deficiências de modo geral. O perfil excludente das aulas deve ser repensado a partir das constituições culturais envolvidas no interior da sala de aula (lê-se aqui, chão de quadra). As reflexões vinculadas à justiça social podem romper com os aspectos sinalizados no eixo marcador social da diferença – deficiência: percepção de alunos/as com deficiência sobre inclusão nas aulas de Educação Física, no qual fica evidente a busca e a legitimação da prática dos/das discentes nas aulas de Educação Física, num aspecto vinculado à resistência e agência. Neste sentido, o pensar da Educação Física inclusiva no segmento da interseccionalidade, pode ser vinculado à (re)construção de saberes e valores os quais perpassam os marcadores sociais das diferenças vinculados tanto aos/às discentes quanto aos/às docentes.

As relações de poder que envolvem a pessoa com deficiência nas aulas de Educação Física, bem como o aspecto histórico-social segregacionista, tendem a delimitar dinâmicas que ocorrem a partir de um grupo socialmente determinado dominante, desta forma, compreendemos assim como Ferreira, Galhardo e Junior (2019), que o ambiente escolar ainda opera como parte de um sistema que perpetua a exclusão das classes dominadas e de grupos minoritários, como é o caso das pessoas com deficiência. Conforme Bruno *et al.* (2022, p. 2)

[...] a Educação Física é um componente curricular obrigatório nas escolas, que é posto à prova em um sistema social –ou (cis)tema, porque é heteronormativo e sexista –de relações de poder, com formas perversas de opressão e barbárie, como a necropolítica, a homofobia, o machismo e o especismo, entre outras injustiças sociais.

Neste sentido, a exclusão da pessoa com deficiência das aulas de Educação Física configura-se injustiça social, pois todos/as têm direito à educação. Cabe desta forma, pensar numa

ressignificação das práticas pedagógicas como ponto fundamental para o desenvolvimento do processo de inclusão.

Em capítulo intitulado *A interseccionalidade e a Educação Crítica*, Collins e Bilge (2021c) articulam pressupostos inerentes a esta discussão. Se por um lado os tópicos vinculados à percepção discente e docente nos demonstram as fragilidades de um sistema e as dificuldades de compreensão da deficiência como aspecto real que está presente no campo social e educacional, também nos redimensiona a pensar quais pressupostos de educação (crítica) nos propusemos como docentes em nosso campo de atuação e como somos construídos dentro de uma cultura segregadora.

Neste segmento, concordamos com Collins e Bilge (2021b, p. 16) quando ponderam que a interseccionalidade “é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas”. Pensando desta forma, abrimos espaço para articulações ideológicas-políticas de cunho de justiça social, para incluir todos/as numa dimensão integral de educação e utilizamos a interseccionalidade como ferramenta analítica e estrutura real para lidar com as dinâmicas e problemáticas sociais, neste caso vinculado à exclusão de pessoas com deficiência no âmbito educacional.

Seguindo tais pressupostos, ao pensarmos em uma Educação Inclusiva a partir da interseccionalidade, podemos mudar as formas de prática pedagógica, pois há possibilidade de olharmos para o planejamento e para aplicação de aulas de outro modo, levando a uma autoavaliação e a uma reflexão crítica do contexto social tornando possível escolher melhores caminhos para inclusão nas aulas de Educação Física. Neste sentido, consentimos com Collins e Bilge (2021c, p. 211) quando as autoras ponderam que “em salas de aula, comunidades religiosas, mídia de massa, *village schools*, salões ou esquinas, a educação tem a oportunidade de oprimir ou libertar” (grifo das autoras).

A educação presente em diferentes ambientes, no entanto, institucionalizada na escola, nos leva a refletir que as opções citadas pelas autoras vinculadas a oportunidade de oprimir e libertar, está intrinsicamente ligada e correlacionada com a ação docente, uma vez que dentro do sistema de ensino os/as docentes podem influenciar no contexto de sala de aula e a partir da sua atitude atenuar ou acentuar o processo de exclusão. No entanto, compreendemos que as percepções docentes são as mais variadas e que por mais que existam posicionamentos incongruentes com uma educação inclusiva, acreditamos na possibilidade de efetivar uma educação que liberta e não oprime o/a diferente.

No caso específico da Educação Física, a escolha de conteúdos pelos/as professores/as que oportunizam a participação efetiva de todos/as, a utilização de estratégias pedagógicas que minimizam o impacto e a exclusão de grupos minoritários nas aulas, podem ser perspectivas que

ampliam as oportunidades de práticas e podem diminuir a influência de diversos marcadores sociais no contexto de sala de aula.

Desta forma, assumimos um processo de ensino-aprendizagem libertador, não fundamentado apenas em aspectos teóricos hierarquizados entre professores/as e alunos/as, mas sim de algo conjunto, articulado com as diferenças existentes no âmbito escolar, reconhecendo os campos que atuam sobre a Educação Física, tais como, os campos sociais, políticos, culturais, ideológicos e afetivos, sinalizados por Fonseca (2021), levando em conta a aprendizagem como aporte identitário de cada sujeito (Bruno *et al.* 2022).

Sem intuito de esgotar as discussões referentes a justificativa do pensar a Educação Física a partir de um olhar interseccional e finalizando este tópico de discussão, pensar as aulas de Educação Física no viés inclusivo a partir de tal pressuposto, é assumir um caráter anticapacitista rompendo com “o processo de opressão vivenciado pelas pessoas com deficiência ao longo da história, bem como coaduna com a luta política desse grupo social pela garantia dos direitos humanos e da justiça social” (Gesser; Block; Mello, 2020, p. 17).

Considerações Finais

O presente manuscrito objetivou delinear pressupostos teóricos que subsidiam o pensamento de aulas inclusivas a partir de um viés e da utilização da interseccionalidade como mecanismo de análise. A partir dos achados na literatura, observa-se uma fragilidade no sistema educacional no que diz respeito à Educação Física inclusiva, mesmo que haja pontos positivos intrínsecos ao processo de inclusão no âmbito escolar. A busca pela inclusão do/da aluno/a com deficiência com os objetivos de participação, uso e apropriação dos componentes e das práticas corporais que permeiam a Educação Física devem ser pensados pelos/as docentes diante o contexto integral no qual trabalham.

As potencialidades dos/das alunos/as com deficiência também devem ser evidenciadas nas aulas a fim de romper com os paradigmas de exclusão envolvidos no contexto escolar. Dentro do aspecto interseccional é ter uma visão de justiça social, pensando nos mais diversos aspectos que constituem o âmbito da escola. Neste sentido é pensar a partir da própria diferença para planejamento e execução das aulas, com objetivos que atinjam e contemplem os/as alunos/as com deficiência nos diferentes segmentos e práticas corporais.

Concluimos que atribuir a interseccionalidade na Educação Física inclusiva, significa pensar no marcador social de diferença, a deficiência, como mecanismo real e intrínseco ao processo de ensino-aprendizagem. É compreender que é a partir deste marcador que a prática docente se intensifica e busca significado tanto para o/a docente quanto para o/a aluno/a com deficiência, dentro do processo de ensino-aprendizagem, bem como, o de inclusão.

Salientamos a necessidade de novas pesquisas de cunho qualitativo, as quais se debruçam a estudar o processo de inclusão das pessoas com deficiência nas aulas de Educação Física articulados com outros marcadores sociais, como gênero, raça e sexualidade, entrecruzando tais aspectos para compreender as influências dos marcadores em tal processo.

Referências

ALMEIDA, Andréa Oliveira *et al.* A inclusão de surdos às aulas de educação física escolar e o papel do professor de educação física nesse processo. **Cadernos UniFOA**, v. 6, n. 1 Esp., 201, p. 11-20. Disponível em: <https://revistas.unifoa.edu.br/cadernos/article/view/1627>. Acesso em: 21 out. 2025.

ALVES, Maria Luiza Tanure; DUARTE, Edison. A percepção dos alunos com deficiência sobre a sua inclusão nas aulas de Educação Física escolar: um estudo de caso. **Rev. Bras. Educ. Fís. Esporte**, São Paulo, v. 28, n. 2, 2014, p. 329-338. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbefe/a/kfHVzTG6zBh8jRF9Xz48KPL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 out. 2025.

BORGES, Gabriela Croda; MONTROYA, Gabriela Sánchez. Cultura, políticas y prácticas inclusivas en la formación universitaria desde un programa de responsabilidad social. In: BIZELLI, José L.; HERDERO, Eladio S.; RIBEIRO, Paulo R. M. (Org.). **Inclusão e aprendizagem: desafios para a escola em Ibero-América**. São Paulo, Cultura acadêmica, 2015, p. 23-30.

BRASIL, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: Brasília, Distrito Federal, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em 13 out. 2025.

BRUNO, Brena Dias *et al.* A relação com o saber e as interseccionalidades: diálogos (auto)formativos por uma Educação Física da (re)existência. **Cenas Educacionais**, Caetité, v. 5, n.e11943, 2022. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/cenaseducacionais/article/view/11943/9467>. Acesso em: 20 out. 2025.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**, 2003.

CARVALHO, Camila Lopes *et al.* Inclusão na Educação Física escolar: estudo da tríade acessibilidade-conteúdos-atitudes. **Motrivivência**, Florianópolis, Santa Catarina, v. 29, n. esp., 2017, p. 144-161. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2017v29nespp144/35557>. Acesso em: 10 out. 2025.

CARVALHO, Camila Lopes; ARAÚJO, Paulo Ferreira. Inclusão escolar de alunos com deficiência: interface com os conteúdos da Educação Física. **Educación Física y Ciencia**, v. 20, n. 1, 2018. Disponível em: https://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.8503/pr.8503.pdf. Acesso em: 15 out. 2025.

CARVALHO, Marília Pinto. Interseccionalidade: um exercício teórico a partir de uma pesquisa empírica. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 50, n. 176, 2020, p. 360-374. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/wGNGd5vGxL9jNDMvTn4wkDH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 out. 2025.

- CASTRO-AMORIM, Minerva Leopoldina. *et al.* Educação Física inclusiva na escola: percepção do aluno com deficiência física. **Braz. J. Hea. Rev.**, Curitiba, v. 3, n. 3, 2020, p. 7134-7141. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/12407/10411>. Acesso em 10 out. 2025.
- CHICON, José Francisco; SÁ, Maria das Graças Carvalho Silva de. A autopercepção de alunos com deficiência intelectual em diferentes espaços-tempos da escola. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, Florianópolis, v. 35, n. 2, 2013, p. 373-388. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbce/a/7qfBfhV3MPdV4vckKMGDprH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 out. 2025.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma (Orgs.). **Interseccionalidade**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021a.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. A interseccionalidade e a Educação Crítica. In: COLLINS, Patricia Hill. BILGE, Sirma. (Orgs.). **Interseccionalidade**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021c, p. 211-242.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. O que é interseccionalidade?. In: COLLINS, Patricia Hill. BILGE, Sirma. (Orgs.). **Interseccionalidade**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021b, p. 15-50.
- COSTA, Fábio Renato Barcellos. **Formação e desenvolvimento profissional em Educação Física, dilemas e desafios na Educação Inclusiva**. Orientadora: Mariângela da Rosa Afonso. 2009. 89 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento) - Universidade Federal de Pelotas, UFPel, Pelotas, 2009.
- FERREIRA, Monique Albuquerque; GALHARDO, Marcos Antonio; JUNIOR, Pedro Miranda. A interseccionalidade: uma reflexão sobre a identidade da pessoa surda e negra no âmbito escolar. **POSGERE – Pós-Graduação em Revista/IFSP**, Campus São Paulo, vol. 3, n. 2, 2019.
- FIORINI, Maria Luiza Salzani; MANZINI, Eduardo José. Inclusão de alunos com deficiência na aula de Educação Física: identificando dificuldades, ações e conteúdos para prover a formação do professor. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 20, n. 3, 2014, p. 387-404. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/ND8hHt9gKnHDTZwMdyns3JG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 out. 2025.
- FIORINI, Maria Luiza Salzani; MANZINI, Eduardo José. Prática Pedagógica e inclusão escolar: concepção dos professores de Educação Física. **Revista da Sobama**, Marília, v. 16, n. 2, 2015, p. 15-22. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/sobama/article/view/5558/3815>. Acesso em: 10 out. 2025.
- FONSECA, Michele Pereira de Souza. Formação docente em Educação Física na e para perspectiva inclusiva: reflexões sobre Brasil e Portugal. **RevistAleph**, n. Especial, 2021, p. 42-74. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistaleph/article/view/48348/29636>. Acesso em 13 out. 2025.
- FREITAS, Michelle Gomes; SALES, Zenilda Nogueira; MISSIAS-MOREIRA, Ramon. Representações de alunos com deficiência visual sobre as aulas de Educação Física escolar. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 10, n. 1, 2016, p. 100-109. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/1191/468>. Acesso em: 12 out. 2025.
- FURLIN, Neiva. Sujeito e agência no pensamento de Judith Butler: contribuições para a teoria social. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 16, n. 2, 2013, p. 395-403. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/32198/17172>. Acesso em: 04 out. 2025.
- GARCIAS, Luciana Maia. **A percepção de professores sobre barreiras, facilitadores e estratégias para inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física**. Orientador: Alexandre Carriconde Marques. 2019. 103 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Federal de Pelotas, UFPel, Pelotas, 2019.

GESSER, Marivete; BLOCK, Pamela; MELLO, Anahí Guedes de. Estudos da deficiência: interseccionalidade, anticapacitismo e emancipação social. In: GESSER, Marivete. BOCK, Geisa Letícia Kempfer. LOPES, Paula Helena (Orgs.). **Estudos da deficiência: anticapacitismo e emancipação social**. Curitiba: Editora CRV, 2020, p. 17-36.

GHIRALDELLI-JUNIOR, Paulo (Org.). **Educação Física progressista**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1991, v. 10.

GIL, Antônio Carlos (Org.). **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Carlos Henrique Rego; SILVA, Carlos Alberto Figueiredo da. Transidentidades para uma Educação Física acolhedora. **Movimento**, Porto Alegre, v. 27, 2022. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.116297>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mov/a/cpsNPZkwBTGhDLWTnVGrt9S/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 out. 2025.

KRUG, Hugo Norberto. A inclusão de pessoas portadoras de necessidades educativas especiais na Educação Física escolar. **Revista Educação Especial**, n. 19, 2002, p. 15-23. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/5130>. Acesso em 05 out. 2025.

MARTINS, Celina Luísa Raimundo. Educação Física Inclusiva: atitudes dos docentes. **Movimento**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, 2014, p. 637-657. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/40143/28920>. Acesso em: 12 out. 2025.

MARTINS, Raphaell Martins. A interseccionalidade do medo e da ousadia no retorno às aulas presenciais de Educação Física em tempos pandêmicos. **Rev. Bras. Educ. Fís. Escolar**, ed. especial, 2021, p. 89-105. Disponível em: https://47e1bf12-b02d-4d36-84f4-15827910c76d.filesusr.com/ugd/aa7cb8_19d8fce215c04a24bdf2b4e5e94997bb.pdf. Acesso em 21 out. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. DESLANDES, Suely Ferreira. GOMES, Romeu. (Orgs.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002, p. 9-30.

NACIF, Marcella Fernandes Patuccié *et al.* Educação Física escolar: percepções do aluno com deficiência. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 22, n. 1, 2016, p. 111-124. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/p8WNnqZ6Bny99n3pBM89dry/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2025.

NETO, Antenor de Oliveira Silva *et al.* Educação Física, formação de professores e inclusão. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 10, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i10.8726>. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/view/8726/7852>. Acesso em: 10 out. 2025.

NEVES, Luis Henrique Domingues Verão das. **"Parece um pouco óbvio, mas é difícil falar": entremeios da prática docente inclusiva, diferenças e Educação Física**. Orientadora: Marina Brasiliano Salerno. 159 f. 2023. Dissertação (Mestrado em Estudos Culturais) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS, Aquidauana, 2023.

PAOLLUCI, Beatriz Aparecida. **"Nada sobre nós, sem nós": a produção científica da relação Educação Física escolar e inclusão entre os anos 2010-2020: uma análise acerca da percepção do aluno com deficiência**. Orientador: Ricardo Lira de Rezende Neves. 2022. 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Federal de Goiás, UFG, Goiânia, 2022.

RAMOS, Leni Rodrigues. *A Interseccionalidade na Educação Inclusiva: marcadores sociais da diferença*. [s/], 2021, p. 1-22. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/server/api/core/bitstreams/e587ffc5-2380-4ac3-83a3-761c56267b21/content>. Acesso em: 12 out. 2025.

RIOS, Flávia; PEREZ, Olívia; RICOLDI, Arlene. Interseccionalidade nas mobilizações do Brasil contemporâneo. **Lutas Sociais**, [s/l], v. 22, n. 40, 2018, p. 36-51. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/46648/31118>. Acesso em: 21 out. 2025.

SALLES, William das Neves; ARAÚJO, Dorival; FERNANDES, Luciano Lazzaris. Inclusão de alunos com deficiência na escola: percepção de professores de Educação Física. **Conexões: Revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP**, Campinas, v. 13, n. 4, 2015, p. 1-21. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8643430/10934>. Acesso em: 12 out. 2025.

SANTOS, Marcia Sant'ana. A (in)visibilização do sujeito com Síndrome de Down: marcadores sociais da diferença no mercado de trabalho. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 8, n. 5, 2022, p. 35286-35298. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/47727/pdf>. Acesso em: 14 out. 2025.

SCHLIEMANN, André; ALVES, Maria Luíza Tanure; DUARTE, Edison. Educação Física inclusiva e autismo: perspectivas de pais, alunos, professores e seus desafios. **Rev. Bras. Educ. Fís. Esporte**, São Paulo, v. 34, n. Esp., 2020, p. 77-86. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rbefe/article/view/173149/162483>. Acesso em: 21 out. 2025.

SOUZA, Daniel Oliveira de; FURLANETTO, Cristiane Anita; CARVALHO, Agenor Francisco de. Educação inclusiva: Educação Física nas escolas públicas. **Revista Veredas Amazônicas**, v. 5, n. 1, 2019, p. 59-90. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/veredasamazonicas/article/view/4687/3039>. Acesso em: 21 out. 2025.

UNGHERI, Bruno Ocelli *et al.* Educação Física, gênero e mercado de trabalho: percepções de mulheres sobre a futura área de atuação profissional. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 20, 2022, e00138172. DOI:10.1590/1981-7746-ojs00138. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/mTFDFSPy4wstkZXshZ5WpLh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2025.

VIOLA, Juliana Cristina *et al.* Educação inclusiva e Educação Física escolar: percepções e desafios do professor. **Revista CPAQV – Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida**, [s/l] v. 12, n. 2, 2020. Disponível em: <https://revista.cpaqv.org/index.php/CPAQV/article/view/510/pdf>. Acesso em: 12 out. 2025.